

**PET na EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 6.864 - DF
(2007/0252308-4)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
REQUERENTE : ANFIP ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES
FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
ADVOGADO : MARIANA PRADO GARCIA DE QUEIROZ VELHO E
OUTRO(S) - DF016362
REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
INTERES. : ALAMIR FERREIRA DE CARVALHO
INTERES. : ARMANDO BARBOSA ESCOREL
INTERES. : MANOEL DE JESUS CORDEIRO MAGALHÃES
INTERES. : MARIA AUXILIADORA DE SOUZA AQUINO
INTERES. : MARIA DAS GRAÇAS SOARES DE ARAÚJO
INTERES. : MARIA DE NAZARETH VELLOSO DE CASTRO MENEZES
INTERES. : MARIA DO LIVRAMENTO DA SILVA LOBATO
INTERES. : MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO CAMPOS DA SILVA
INTERES. : MARIA ONEYDE SANTOS
INTERES. : MARIA PEDRITA DOS SANTOS
INTERES. : MARIA TEREZINHA CAMURCA DE MENEZES CHACON
INTERES. : MARIA VICENCIA DE OLIVEIRA
INTERES. : MURILLO ELLERES SANTOS
INTERES. : NAIR PEREIRA DA SILVA
INTERES. : ROSEMIRO SIQUEIRA DA SILVA
INTERES. : SUZETTE SALLES
INTERES. : THEREZINHA DE JESUS GUIMARÃES BARROS

DECISÃO

Por meio da Petição nº 00149309/2019 (fls. 333-335), o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL reporta-se à decisão que, ao julgar os embargos à execução por ele opostos, promoveu a exclusão de alguns dos substituídos em razão da constatação de litispendência (ADILIS OLIVEIRA DA ROCHA, AIDA VALQUÍRIA DE ARRUDA, ANTÔNIO FERNANDO DA SILVA, ANTÔNIO JOAQUIM DE MORAIS, ANTÔNIO PEDRO FILHO, ARGEMIRO SOUTO MAIOR DE FIGUEIREDO, ARIOSVALDO PAULO DA SILVA e ARLETE DE FIGUEIREDO).

Nesse sentido, a autarquia federal executada pugna pelo arbitramento da verba honorária em 10% (dez por cento) sobre o valor executado, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC, invocando, para tanto, o princípio da causalidade.

Afirma, ainda, que da decisão que determinou a expedição dos requisitórios de pagamento, com base nos cálculos elaborados pela CEJU, não

foi intimado para se manifestar, razão pela qual pleiteia seja concedido o prazo de 60 (sessenta) dias para tal fim.

No tocante ao pedido de fixação de honorários sucumbenciais nesta oportunidade, **cumpra-se anotar que não merece ser acolhido.**

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior orienta-se no sentido de que "o trânsito em julgado de decisão omissa em relação à fixação dos honorários sucumbenciais impede o ajuizamento de ação própria objetivando à fixação de honorários advocatícios, sob pena de afronta aos princípios da preclusão e da coisa julgada. Isto porque, na hipótese de omissão do julgado, caberia à parte, na época oportuna, requerer a condenação nas verbas de sucumbência em sede de embargos declaratórios, antes do trânsito em julgado da sentença" (REsp n. 1.743.845/PE, Rel. Ministro Herman Benjamin, DJe 26/11/2018).

Competia ao INSS, no momento adequado, ter aventado a omissão no acórdão que examinou os embargos à execução, ônus da qual não se desincumbiu, tendo o aludido *decisum* transitado em julgado. Uma vez determinada a expedição das requisições de pagamento, tem-se que **a questão não impugnada tempestivamente pelo ente público encontra-se preclusa.**

Ainda, confira-se: "É firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que o trânsito em julgado de decisão omissa quanto aos honorários sucumbenciais, sem oportuna oposição de embargos declaratórios, impede o ajuizamento de posterior ação objetivando tal cobrança pelo advogado, sob pena de afronta aos princípios da preclusão e da coisa julgada" (AgRg no REsp n. 1.269.607/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 14/12/2015).

Diante do exposto, **indefiro** o pedido de arbitramento da verba honorária.

Cumpra-se a decisão de fls. 330-331, com destaque dos honorários advocatícios, se for o caso, e com valores devidamente atualizados até o efetivo pagamento.

Ressalto, contudo, que, ao invés de se proceder ao bloqueio da diferença entre os índices TR e IPCA-E, a expedição das requisições de pagamento deve ser feita com base no cálculo elaborado pela TR, ficando resguardada a possibilidade de expedição de precatório/RPV complementar para requisição dos valores relativos à referida diferença quando transitar em julgado o **RE 870.947/SE** (no qual se discute a aplicabilidade do índice de correção monetária às condenações judiciais impostas à Fazenda Pública), observando eventuais modificações.

Outrossim, fica autorizada, desde já, a expedição de requisições de

Superior Tribunal de Justiça

pagamento de valor complementar, nos termos acima expostos.

Ademais, esclareço que nos valores requisitados deverão ser computados juros de mora até a data da expedição das requisições, nos termos do que ficou decidido pelo STF no julgamento do RE 579.431/RS, apreciado pela sistemática da repercussão geral, que, analisando o Tema nº 96, fixou a tese de que *incidem os juros da mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório*.

Por fim, **defiro** o pedido de intimação do INSS para se manifestar quanto aos cálculos, porém fixo o prazo **improrrogável** de 10 (dez) dias.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção